

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

REQUERIMENTO Nº , DE 2023
(Do Sr. Tião Medeiros)

Solicitamos seja convidado o Senhor Ministro das Relações Exteriores Mauro Vieira a fim de prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre a política externa e sobre eventos internacionais com possíveis repercussões para o agronegócio brasileiro.

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 219, inciso II e art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o plenário desta comissão, seja convidado o Sr. Mauro Vieira, Ministro de Estado das Relações Exteriores, para prestar esclarecimentos a esta comissão sobre a política externa e sobre eventos internacionais com possíveis repercussões para o comércio exterior do agronegócio brasileiro.

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo deste requerimento é possibilitar que o Ministro das Relações Exteriores, Sr. Mauro Vieira, exponha, nesta Comissão, assuntos referentes à política externa adotada pelo governo em relação ao agronegócio brasileiro.

O Ministério das Relações Exteriores (MRE) atua para garantir a promoção, em âmbito internacional, dos interesses do nosso país em todas as esferas; e o agronegócio - principal responsável pelo equilíbrio da balança comercial brasileira - merece especial atenção dessa pasta.

Segundo dados do Governo Federal, o setor fechou o ano de 2022 com exportações recordes de US\$ 159,1 bilhões, o que representa



crescimento de 32% em relação a 2021. Hoje, o Brasil lidera o ranking mundial dos países exportadores de soja, açúcar, carne, frango e suco de laranja.

E para que esse cenário se torne cada vez mais positivo ao país, é primordial que as diretrizes conferidas pelo MRE à atuação do agronegócio brasileiro no mercado internacional sejam claras e bem definidas. A transparência nas ações governamentais garante previsibilidade, estabilidade e, conseqüentemente, segurança jurídica a todos os envolvidos na cadeia produtiva do setor.

Em um mundo em constante transformação, é primordial que o Ministério esteja atento a acontecimentos globais que, direta ou indiretamente, ressoem no agronegócio brasileiro. O sucesso do Brasil como produtor depende, dentre outros fatores, de como o país se comporta frente a grandes adversidades e do quão rápido implementa soluções às novas demandas.

Os preços internacionais das commodities vêm se sustentando em alto patamar desde 2020, com destaque para o mercado de grãos. Baixos estoques globais, associados a choques de restrição à oferta - como a pandemia de Covid-19, a guerra na Ucrânia e problemas climáticos -, elevaram os valores e geraram preocupações ao redor do mundo em relação à inflação do preço dos alimentos e aos riscos de recessão e insegurança alimentar. Ter um plano claro e bem estruturado garante maior celeridade e eficácia na tomada de decisões em situações como essas.

Portanto, além de elevar sua capacidade de suprir eventuais demandas globais por produtos agrícolas, é essencial que o Brasil aprimore e desenvolva a habilidade de firmar bons acordos comerciais e driblar eventuais entraves ao desenvolvimento agropecuário nacional. E para uma boa condução do setor no mercado internacional, em um cenário que se mostra cada vez mais dinâmico e multipolar, é preciso que o governo esteja aberto a ouvir demandas e sugestões dos diversos atores que compõem o agronegócio brasileiro.

Nesse sentido, a fim, também, de possibilitar a formação de consensos, amplos debates envolvendo o comércio exterior do agronegócio brasileiro são necessários. E entendemos que a Comissão de Agricultura,



Pecuária e Abastecimento Rural da Câmara dos Deputados - fórum natural e permanente de discussões relacionadas a esse campo temático – é o local ideal para que assuntos internacionais em voga relacionados ao agronegócio sejam abordados de frente e de forma clara à toda população.

Ainda hoje, por exemplo, sofremos com os impactos da guerra no Leste Europeu, que, além da tragédia em si, afeta a segurança alimentar mundial. O Brasil tem grande dependência dos fertilizantes vindos da Rússia, mas sanções econômicas continuam a dificultar a importação do produto. Faz-se necessário que o Ministro exponha as medidas que estão sendo adotadas para garantir o pleno restabelecimento do fluxo de importação de fertilizantes pelo Brasil. É importante que toda a população esteja a par deste e de todos os problemas enfrentados pelo campo em decorrência dessa guerra.

Outros assuntos relevantes a serem debatidos nesta Comissão estão relacionados a recentes assinaturas de acordos comerciais bilaterais envolvendo o agronegócio brasileiro, em especial, com a China.

A China é o maior parceiro comercial do Brasil desde 2009, e é natural que essa boa relação seja preservada e aperfeiçoada. No entanto, alguns pontos desses novos acordos precisam ser melhor esclarecidos, como, por exemplo, a realização de futuras transações comerciais sem a utilização do dólar como plataforma monetária. Nesse caso, não está bem clara a relação entre os benefícios e os riscos de se abrir mão de um sistema com toda a infraestrutura financeira que o dólar oferece para as transações envolvendo produtos agrícolas.

É necessário que o MRE dê mais informações a respeito dos impactos dessa recente aproximação com a China para o agronegócio brasileiro. A divulgação de que haverá diminuição da burocracia ao financiamento a exportações e redução de barreiras comerciais animam o setor agropecuário, mas é fundamental que detalhes desses acordos sejam esclarecidos, para que não haja dúvidas quanto às reais intenções evocadas.

É importante, também, que o Ministro explique como a indicação da ex-presidente Dilma Rousseff para o comando do Banco dos Brics poderá trazer vantagens competitivas ao Brasil e aos demais países emergentes que



compõem esse agrupamento, no contexto das relações comerciais externas do agronegócio.

Além disso - tendo em vista recentes declarações e viagens internacionais realizadas pelo Presidente Lula e outros membros do governo - é fundamental que seja elucidado como a formação de parcerias com países dos Emirados Árabes Unidos e a intensificação da aproximação com países da América Latina, Caribe, e demais países emergentes afetará o agronegócio brasileiro em relação às relações comerciais estabelecidas com os demais parceiros comerciais, notadamente os Estados Unidos e a União Europeia.

É preciso a construção de uma política externa estratégica e eficaz para garantir que os produtos agrícolas brasileiros continuem a ser valorizados e competitivos no mercado internacional, especialmente em um contexto de mudanças globais significativas. Devemos garantir, sobretudo, que, mesmo em situações adversas, nossa produção agrícola atenda aos mais altos padrões e que possamos demonstrar aos consumidores internacionais que somos um país produtor responsável.

O Brasil é reconhecido como um dos principais produtores de importantes commodities agrícolas, como soja, carne bovina e café. Temos uma posição de destaque no comércio mundial desses produtos e devemos utilizá-la para negociar acordos comerciais favoráveis ao setor agropecuário e, consequentemente, a todo o povo brasileiro.

Assim, diante do exposto, conclamo aos nobres pares a aprovação deste requerimento, para que o Governo - representado pelo Sr. Mauro Vieira, Ministro das Relações Exteriores - seja convidado a prestar esclarecimentos, nesta Comissão, sobre a política externa desenvolvida no âmbito do agronegócio nacional.

Sala das Reuniões, em de maio de 2023.

Dep. TIÃO MEDEIROS
PP/PR

